



Matrizes

ISSN: 1982-2073

ISSN: 1982-8160

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

GROHMANN, RAFAEL

Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores

Matrizes, vol. 16, núm. 1, 2022, Enero-, pp. 209-233

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143071289011>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Plataformas de Propriedade de Trabalhadores: Cooperativas e Coletivos de Entregadores

Worker-Owned Platforms: Cooperatives and Collectives of Platform Riders

RAFAEL GROHMANN^a

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
São Leopoldo – RS, Brasil

RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar a emergência de plataformas de propriedade de entregadores no contexto de platformização do trabalho. A análise apresenta seis casos em Espanha, França e Brasil, considerando: processos produtivos e organização do trabalho, desafios tecnológicos e construção de plataformas, usos de mídias sociais para organização e comunicação entre trabalhadores, cooperação entre cooperativas e futuro das experiências autogestionadas. As conclusões apontam para o papel central de mídias sociais para comunicação e organização do trabalho, e a cooperação entre cooperativas. Essas iniciativas podem ser o início de um processo mais amplo de plataformas digitais para o bem comum.

Palavras-chave: Cooperativismo de plataforma, plataformas de propriedade de trabalhadores, platformização do trabalho

^a Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordenador do Laboratório de Pesquisa DigiLabour. Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1063-8668>. E-mail: rafael-ng@uol.com.br

ABSTRACT

This article aims to analyze the emergence of worker-owned platforms in the platformization of labor context. The analysis presents six cases in Spain, France, and Brazil considering: production processes and work organization, technological challenges and construction of platforms, uses of social media for promoting organization and communication between workers, cooperation between cooperatives, and the future of self-managing experiences. The conclusions point to the central role of social media for communication and work organization, and the emergence of cooperation between cooperatives. The emergence of these initiatives may be the beginning of a broader process of digital platforms for the common good.

Keywords: Platform cooperativism, worker-owned platforms, platformization of labor

A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO (Casilli & Posada, 2019; Grohmann & Qiu, 2020) é a radicalização e atualização de outros processos já existentes, como a racionalidade neoliberal e empreendedora (Boltanski & Chiapello, 1999; Dardot & Laval, 2013), a dataficação (Chen & Qiu, 2019), a financeirização (Sadowski, 2020) e a flexibilização do trabalho, sem descartar, evidentemente, que ela também se relaciona aos próprios mecanismos das plataformas digitais (Van Dijck et al., 2018), conforme detalhamos anteriormente (Grohmann, 2021). Nesse sentido, podemos compreender as plataformas como, ao mesmo tempo, meios de produção e meios de comunicação (Williams, 2005). Elas são meios de organização das atividades de trabalho e de comunicação, apresentando-se como formas organizacionais, que também são políticas (Fenton, 2016).

Essa plataformização, entendida como a crescente dependência de plataformas para realizar atividades de trabalho, não ocorre de maneira homogênea, primeiramente, porque há uma diversidade de plataformas (Schor et al., 2020), com distintos mecanismos e materialidades. Junto a isso, há uma multiplicidade de perfis de trabalhadores, com maior ou menor dependência de infraestruturas digitais, que, por sua vez, apresentam diferentes formas de extração de valor pelas plataformas (Srnicek, 2016). São distintas situações de trabalho entrecortadas por esses marcadores sociais de desigualdades e diferenças – raça, gênero, frações de classe, território, entre outros. Contudo, a despeito dos variados tipos de plataformas (Casilli, 2019; Schmidt, 2017; Woodcock & Graham, 2019), elas relacionam-se a um circuito mais amplo de trabalho (Qiu et al., 2014) e infraestruturas (Van Dijck, 2021), em um circuito do trabalho por plataformas (Grohmann et al., no prelo).

A plataformização do trabalho tende à generalização para todas as atividades de trabalho (Huws, 2020). Porém, isso não significa que os trabalhadores sejam inorganizáveis ou meros efeitos das estruturas sociais, mas constroem táticas e estratégias para atuar no cotidiano do trabalho (Sun, 2019), enquanto fissuras algorítmicas (Ferrari & Graham, 2021). O trabalho por plataformas é um verdadeiro laboratório da luta de classes (Cant, 2019). A literatura sobre o tema (Cant, 2019; Englert et al., 2020; Patrick-Thomson & Kranert, 2020; Sun, 2019; Wood et al., 2018; Woodcock, 2019) tem destacado o potencial de organização de trabalhadores de plataformas nos mais diferentes setores e como isso não é recente. Mais do que isso, essa organização é fruto de experiências de trabalho e lutas anteriores (Cant, 2019).

O contexto pandêmico iniciado em 2020, conforme mostramos anteriormente (Abílio, Grohmann, & Weiss, 2021; Howson et al., 2020), deixou mais evidente o fenômeno da plataformização do trabalho. Por um lado, o contexto

tem auxiliado o fortalecimento do poder do capital por meio da intensificação e diversificação de formas de controle, incluindo as estratégias de comunicação das plataformas (Grohmann et al., 2021). Por outro, esse cenário tem deixado mais visíveis as condições dos trabalhadores plataformizados (Graham & Anwar, 2019; Van Doorn, 2017) e propiciado a emergência de solidariedades e coletividades (Soriano & Cabanes, 2020) no âmbito do trabalho, com um papel central das mídias sociais (Geelan & Hodder, 2017). Conforme Woodcock e Graham (2019), “a comunicação é um importante passo rumo à resistência e à organização coletiva”¹ (p. 107). As greves de entregadores por toda a América Latina no meio de 2020 foram um exemplo disso (Howson et al., 2020), com complexidades em sua composição de classe (Abílio, Grohmann, & Weiss, 2021).

¹ No original: “Communication is an important first step towards collective resistance and organizing”. Esta e demais traduções, do autor.

Esse processo de construção de solidariedades emergentes no trabalho por plataformas no contexto pandêmico trouxe ao primeiro plano duas questões centrais para este artigo. O primeiro é que, a despeito das muitas diferenças e especificidades entre os diferentes locais do mundo, há articulações e conexões em comum entre trabalhadores por plataformas nos mais diversos países. As condições de trabalho de um entregador no Brasil, na Índia, na África do Sul e na Alemanha, conforme têm mostrado pesquisas do projeto Fairwork (2020), apresentam muitas similaridades, embora os contextos políticos, jurídicos e sociais sejam muito distintos². Isso tem levado muitos trabalhadores a se comunicarem e se organizarem em conexão com pessoas de outros países, como demonstram encontros como International Alliance of App-Based Transport Workers (IAATW), Unidxs World Action e Platform-Workers Forum: Global Perspectives on Organizing and Policy. Isso reforça que há uma circulação das lutas dos trabalhadores ao redor do mundo (Dyer-Witheford, 2015; Englert et al., 2020) e que o enfrentamento à plataformização do trabalho necessita de perspectivas internacionalistas tanto para compreender quanto para atuar junto aos movimentos, em articulações ainda em construção.

² Esta pesquisa não tem a pretensão de ser comparativa ou de apresentar nuances em relação às especificidades de cada país.

O segundo ponto é que a construção dessas solidariedades emergentes não se dá apenas em greves, associações ou sindicatos, mas nas possibilidades de criação de plataformas de propriedade dos trabalhadores em distintos desenhos institucionais e principalmente a partir do que ficou conhecido como cooperativismo de plataforma (Scholz, 2016). Nesse sentido, entregadores – um dos exemplos mais evidentes da plataformização do trabalho – de várias partes do mundo têm procurado construir alternativas às plataformas dominantes a partir da criação de coletivos, cooperativas ou outras formas autogestionadas.

Nesse contexto, o artigo tem como objetivo analisar a emergência de plataformas de propriedade de trabalhadores, especialmente cooperativas e coletivos de entregadores, como um dos laboratórios do trabalho por plataformas e da

circulação das lutas dos trabalhadores. Nós analisamos seis casos em três países diferentes (Espanha, França e Brasil) a partir das seguintes dimensões: processos produtivos e organização do trabalho, desafios tecnológicos e construção de plataformas, usos de mídias sociais para organização e comunicação entre trabalhadores, cooperação entre cooperativas (de Peuter & Dyer-Witheford, 2010) e futuro das iniciativas autogestionadas. As iniciativas trazem trajetórias muito diferentes. Na Espanha, algumas cooperativas nasceram da luta sindical. Na França, há uma relação mais forte com a federação de cooperativas de entregadores, a CoopCycle, que fornece software próprio baseado nos princípios de *digital commons*. Já no Brasil, até o momento, há a emergência de pequenos coletivos e cooperativas ainda dependentes de plataformas de mídias sociais para executar seu trabalho. Destacamos que, apesar dos contextos díspares, encontramos pontos em comum, como o baixo número de trabalhadores, o papel central de mídias sociais para comunicação e organização do trabalho e a cooperação entre cooperativas, mostrando que a questão da escala não precisa ser uma norma na economia de plataformas. Concluimos que esse é o processo em andamento e emergente, podendo ser o início de um movimento mais amplo de reinvenções de circuitos econômicos locais de produção e consumo envolvendo plataformas digitais para o bem comum.

DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA ÀS PLATAFORMAS DOS TRABALHADORES

Desde 2016, um dos termos mais utilizados para mencionar construção de alternativas ao capitalismo de plataforma e à plataformização é o cooperativismo de plataforma (Grohmann, 2018; Scholz, 2016) como uma forma de cooperativizar plataformas já existentes e tornar as cooperativas mais próximas da economia de plataforma. Desde então, o diretório do cooperativismo de plataforma – Internet of Ownership 2020 (<https://www.internetofownership.net/>) – apresenta mais de 300 plataformas cooperativas (abril de 2021), com distintos perfis de trabalhadores, consumidores ou multilaterais. Essas experiências passam por cooperativas de serviço de nuvem, fotógrafos, músicos, jornalistas, games, plataformas de streaming de música, audiovisual etc. Também desde 2016, trabalhos têm mostrado as potencialidades (Pazaitis et al., 2017; Schor, 2020; Zhu & Marjanovic, 2020) – inclusive em relação ao desenvolvimento sustentável – e os limites (Cant, 2019; Sandoval, 2019) do cooperativismo de plataforma, incluindo os riscos de serem cooptados por um ativismo empreendedor.

O cooperativismo de plataforma, entendido de forma estrita, apresenta um perfil legal específico – ser juridicamente constituído enquanto cooperativa.

Mas os princípios da autogestão e da copropriedade de trabalhadores em contexto de plataformação não aparecem necessariamente sob a alcunha *cooperativa*. Conforme argumentam Morell et al. (2020), as plataformas que não são guiadas pelo lucro – enquanto instituições horizontais e com distribuição de valor entre os envolvidos – podem assumir distintos perfis legais, como cooperativas, empresas ou associações, conectando-se também a diferentes metas de desenvolvimento sustentável, como governança, políticas de dados e responsabilidade social. Desta forma, as possibilidades de construção de plataformas que sejam de propriedade dos trabalhadores incluem, mas não se restringem ao cooperativismo de plataforma. Um exemplo é a noção de plataformas colaborativas (Cicero et al., 2016), que prevê inspirações em modelos cooperativistas e colaborativos de governança, entendidos a partir de mecanismos de tomadas de decisão participativos.

O que está em primeiro plano, de forma ampliada, é a democratização das relações de trabalho e a autogestão em processos que podem ser intensificados com as plataformas digitais, com possibilidades de circulação do comum (de Peuter & Dyer-Witheford, 2010; Sodré, 2014). Essas iniciativas também podem, conforme Morell et al. (2020), basear-se em plataformas (com infraestruturas próprias) ou apenas ser apoiadas por elas (não necessariamente com infraestruturas de propriedades de trabalhadores).

Tomamos, então, as plataformas de propriedade de trabalhadores como possibilidades prefigurativas (Sandoval, 2016) – o que significa construir hoje experimentos das sociedades que imaginamos amanhã, circulando novos sentidos sobre plataformação e trabalho na economia de plataformas, em conformidade com a ideia de utopias reais apresentada por Wright (2010). Isso significa tanto entender suas potencialidades como os seus limites. Alguns deles já foram apontados por Sandoval (2019) e Cant (2019), por exemplo, os riscos de cooperação por meio de narrativas empreendedoras, competição agressiva com as plataformas privadas dominantes – possibilitadas pelo capital de risco – e risco de autoexploração.

Isso significa compreender que há contradições inerentes à construção de plataformas propriedades de trabalhadores e que é necessário um movimento dialético de não idealização dessas iniciativas (Sandoval, 2016). Além disso, como lembra Fuchs (2017), “uma cooperativa não é um aplicativo solucionador que pode abolir os problemas do capitalismo quando combinado com tecnologias de internet”³ (p. 310). Ou seja, a construção de plataformas de propriedade de trabalhadores depende de um conjunto de dimensões – como governança e organização do trabalho, por exemplo –, para além da própria construção da plataforma.

³ No original: “a co-operative is not a solutionist app that can abolish capitalism’s problem when combined with Internet technologies”.

De forma realista, as plataformas autogestionárias não substituirão a curto prazo as grandes plataformas de trabalho, tendo em vista os fatores acima elencados. Porém, como também argumenta Sandoval (2016), é preciso enfrentar dialeticamente as contradições históricas em torno de cooperativas e coletivos, entre, por um lado, constrangimentos e cooptações e, por outro, possibilidades de reconfiguração em relação à emancipação dos trabalhadores. Desta maneira, o acento está em brechas, fissuras e tentativas de enfrentamento à plataformização dominante (Ferrari & Graham, 2021), enfatizando o caráter laboratorial e experimental dessas iniciativas autogestionadas. Enquanto experimentos, não apresentam fórmula pronta e possuem características e elementos distintos a depender de setor ou local.

Um exemplo interessante de dados de propriedade dos trabalhadores é uma cooperativa de motoristas que tem como foco a democratização de dados. Na *Driver's Seat*, os trabalhadores usam a plataforma da cooperativa para compartilhar seus dados. Então, eles coletam e vendem informações sobre mobilidade para órgãos municipais para que eles possam tomar as melhores decisões de planejamento em relação a transporte. Quando a cooperativa lucra com a venda de dados, os motoristas recebem os dividendos e compartilham a riqueza. Isso ajuda a pensar como as lutas pela ressignificação da plataformização do trabalho também envolvem os direitos dos trabalhadores sobre os seus dados, conforme argumenta Christina Colclough (2020). Isso está em linha com os achados de Calzada (2020), para quem as cooperativas de plataformas e de dados têm o potencial de serem alternativas factíveis a modelos extrativistas e colonialistas de governança de dados.

Conforme Huws (2020), é preciso combater a generalização da plataformização do trabalho com sua ressignificação em prol dos trabalhadores e do bem público. Isso significa que as plataformas de propriedade dos trabalhadores podem ser um fio condutor de uma reinvenção de circuitos econômicos locais de produção e consumo por meio de plataformas que melhorem condições de trabalho e, ao mesmo tempo, promovam políticas de mobilidade, melhorias de transporte público, serviços de cuidados e com integração ao sistema de saúde. Isso pode estar articulado a princípios de justiça no design (Costanza-Chock, 2020), trabalho decente (Graham et al., 2020) e alimentação saudável. Contudo, isso não significa que as plataformas de propriedade dos trabalhadores tenham necessariamente que possuir escala, afinal uma de suas fortalezas é justamente a capacidade de articulação e cooperação entre iniciativas – isto é, intercooperação, em um processo de circulação de lutas de trabalhadores (Dyer-Witheford, 2015; Englert et al., 2020).

Na mesma direção dos elementos acima mencionados, Morell et al. (2020) citam qualidades democráticas envolvendo plataformas digitais. Entre elas estão *data commons*, tecnologias livres e abertas, economia justa, governança democrática (incluindo processos de tomada de decisão), igualdade e inclusão. Isso significa que há distintas dimensões em jogo nas plataformas de propriedade dos trabalhadores, desde design e materialidades das plataformas, passando por organização do trabalho e processos produtivos, políticas de dados e algoritmos, cooperação entre cooperativas (de Peuter & Dyer-Witheford, 2010) e estratégias midiáticas – incluindo em mídias sociais.

Neste ponto, Fernández e Barreiro (2020) analisam as estratégias midiáticas dos entregadores em Barcelona para criar o sindicato RidersXDerechos e a cooperativa Mensakas, no sentido de enfrentar as gramáticas das empresas de plataformas dominantes que estão em circulação, buscando disputar sentidos em relação ao que significa o trabalho em plataformas. Já em relação às mídias sociais, isso passa por entender um jogo entre autonomia e dependência dos trabalhadores em relação a WhatsApp e Instagram para comunicar-se com clientes e outros trabalhadores, por exemplo. Com isso, podemos posicionar o papel das mídias sociais em relação às plataformas de propriedade de trabalhadores no sentido de compreender as contradições de uma propalada *comunicação horizontal* e a dependência de recursos e infraestruturas materiais, como mostra Schradie (2019).

Já a cooperação entre cooperativas é um elemento-chave que permite, de fato, a circulação das lutas de trabalhadores. Conforme Sandoval (2016), “ir além do nível das microiniciativas e ilhas de pequena escala requer a construção de conexões entre cooperativas individuais, a fim de criar um movimento maior de cooperativas”⁴ (p. 109). Isso possibilita interações e processos produtivos entre, por exemplo, cooperativas de entregadores, programadores e agricultores, rearticulando circuitos locais de produção e consumo.

O setor de entregas é, ao mesmo tempo, um dos destaques tanto do cenário atual da plataformização do trabalho quanto das possibilidades de organização e enfrentamento, seja em relação a greves e mobilizações, seja no sentido de possibilidades de construção de iniciativas autogestionadas. Nos últimos anos, houve a emergência de, ao menos, 30 coletivos ou cooperativas de entregadores, e sua análise ainda é um ponto cego na literatura sobre trabalho por plataformas.

⁴ No original: “going beyond the level of micro-initiatives and small-scale prefigurative islands requires building connections between individual co-ops in order to create a bigger co-ops movement”.

METODOLOGIA

Conduzimos uma pesquisa exploratória com seis iniciativas de trabalhadores de três países, Espanha, França e Brasil. As escolhas se deram porque a Espanha, principalmente na região da Catalunha, é um expoente do cooperativismo e do

digital commons (Morell & Espelt, 2019), e onde tem surgido cooperativas com destaque midiático, como Mensakas (Fernández & Barreiro, 2020). Já a França é o país da CoopCycle, uma federação de cooperativas de entregadores que tem por objetivo promover solidariedade entre as cooperativas, reduzir seus custos e criar uma força comum para defender os direitos dos entregadores. A federação possui atualmente 44 cooperativas associadas – sendo apenas duas de fora da Europa, especificamente da América do Norte, embora já haja negociações em andamento com cooperativas de outros países da América Latina, por exemplo. A CoopCycle possui um software próprio com licença *copyleft*, criado para gerir a atividade de entrega por bicicletas de forma a servir às reais necessidades dos trabalhadores. Por fim, o Brasil foi escolhido por ter sido cenário de uma das maiores paralisações de entregadores no mundo no ano de 2020 (Howson et al., 2020) e, com isso, começaram a florescer iniciativas de coletivos de entregadores. A escolha pelos três países nos ajuda a visualizar articulações, semelhanças e diferenças, tendo em vista uma perspectiva transnacional e que dê a ver circulações de lutas desses trabalhadores que são chamados de *couriers* na França e *riders* ou *repartidores* na Espanha.

Contudo, além das articulações transnacionais da classe trabalhadora, há diferenças cruciais nas relações de trabalho na Europa e na América do Sul. Na Europa, o *gig work* pode até ser uma novidade, mas, no Brasil – como outros países do chamado *Sul Global* – a *gig economy* é uma característica histórica bem antes da emergência das plataformas digitais (Grohmann & Qiu, 2020). Já havia entregadores e outras atividades antes do trabalho por plataformas, de modo que a história da economia brasileira é, de fato, uma *gig economy*. Informações sobre o contexto de entregadores brasileiros em plataformas dominantes podem ser encontradas em manuscritos anteriores (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021; Abílio, Grohmann & Weiss, 2021).

Neste artigo, em um esforço próximo ao de Davis e Xiao (2021) de desocidentalizar os estudos de trabalho por plataformas, mostramos que cooperativas e coletivos de entregadores não emergem da mesma maneira em todos os lugares. E isso não é sintoma de maior desenvolvimento de uma determinada região em relação a outra. Pelo contrário, aprisionar coletivos e cooperativas de entregadores a um mesmo modelo estrito de cooperativismo de plataforma pode ser um fechamento epistêmico.

Optamos por analisar um microcosmo de cooperativas, mas há um contexto mais amplo. Outras cooperativas e coletivos de entregadores que podemos citar são La Pajara (Espanha), Shift (Canadá), Urbike (Bélgica), Kolyma2 (Alemanha), Zentrale (Polônia), Bici Mensajería Cordoba (Argentina) e Kurier (Equador), Levô Curier (Brasil) e TransEntrega (Brasil) – e que estarão presentes

em outros artigos na investigação mais ampla que conduzimos sobre o tema. Há fatores que unem todas essas iniciativas, como a crítica à plataformização do trabalho dominante, promoção de trabalho justo e questões como mobilidade e sustentabilidade social e ambiental. A entrega por bicicletas é, então, ressignificada a partir de um engajamento no trabalho e por cidades saudáveis. A Shift, do Canadá, por exemplo, tem até uma calculadora de emissão de CO² a depender do veículo utilizado. Outro ponto em comum é o amor pelo trabalho nas cooperativas, algo já identificado por Sandoval (2018) em outras cooperativas. Os trabalhadores da Kurier afirmam em sua página no Instagram: “fazemos o que gostamos, por isso fazemos bem”. Outro enunciado recorrente entre os entregadores e visível em suas páginas no Instagram é que eles gostam de fazer o trabalho em si, mas discordam do modo como as plataformas dominantes exploram sua força de trabalho.

A partir do cenário acima, nós conduzimos, entre setembro e outubro de 2020, entrevistas com trabalhadores representantes de seis cooperativas e coletivos de entregadores: Mensakas (Barcelona, Espanha), Rodant (Valência, Espanha), Resto.Paris (Paris, França), Coursiers Bordelais (Bordeaux, França), Senôritas Courier (São Paulo, Brasil) e Pedal Express (Porto Alegre, Brasil). As entrevistas foram conduzidas por plataformas de videochamadas, e o diálogo com as iniciativas permaneceu contínuo desde então por causa do contexto mais amplo de pesquisa. Foram entrevistados três homens e três mulheres. Optamos por, ao longo da análise, identificar os trabalhadores entrevistados apenas a partir das iniciativas, pois concederam as entrevistas como seus representantes. Por isso, não apresentamos perfis individuais, pois o que nos interessa são os enunciados em nome do coletivo ou cooperativa.

Com essa amostra, ressaltamos não somente o aspecto internacional, mas a escolha de que as iniciativas de cada país fossem de cidades diferentes, no sentido de evidenciar possíveis articulações e diferenças a depender do lugar. A partir das entrevistas, com roteiro semiestruturado, elegemos as seguintes categorias: processos produtivos e organização do trabalho, desafios tecnológicos e construção de plataformas, usos de mídias sociais para organização e comunicação entre trabalhadores, cooperação entre cooperativas e futuro das cooperativas.

Nós também conduzimos uma *desk research* nos canais do Instagram das iniciativas, no sentido de identificar valores e princípios das plataformas de propriedades dos trabalhadores. Morell et al. (2020) identificaram que as plataformas dominantes são as que mais possuem seguidores no Instagram (média de 254 mil) e, entre as plataformas não guiadas pelo lucro, as cooperativas são as que possuem a maior média de seguidores (758). Isso ajuda a compreender a presença digital dessas iniciativas e como seus

valores circulam por meio de mídias sociais – como um dos elementos centrais das plataformas de propriedades de trabalhadores. Mostramos na Tabela 1 as principais informações das cooperativas e coletivos de entregadores, incluindo o número de seguidores no Instagram no dia 22 de novembro de 2020, que estão acima da média levantada por Morell et al. (2020), embora ainda seja um número pequeno em relação à presença digital. Isso reforça, mais uma vez, que as plataformas de propriedade de trabalhadores não necessariamente serão de grande escala.

Tabela 1

Informações sobre a amostra da pesquisa

Iniciativa	Cidade	Ano de Fundação	Seguidores no Instagram em 11/2020	@ no Instagram
Mensakas	Barcelona	2018	2704	@mensakas
Rodant	Valência	2020	358	@rodantbicimissatgeria
Resto.Paris	Paris	2020	3073	@restopointparis
Coursiers Bordelais	Bordeaux	2017	1004	@coursiersbordelais
Señoritas Courier	São Paulo	2018	3396	@senoritas_courier
Pedal Express	Porto Alegre	2010	3147	@pedalexpress

Exceto a Pedal Express, nascida em 2010, todas as outras iniciativas foram fundadas no contexto da economia de plataformas, ao menos desde 2017, o que nos ajuda a situá-las como uma reação à plataformização do trabalho em coletividades emergentes a partir da circulação de outras lógicas que tenham como centro as pessoas trabalhadoras e a sustentabilidade. A escolha por essas iniciativas também se deve à diversidade de trajetórias – algumas nasceram da luta sindical, outras tendo como foco a igualdade de gênero – em especial mulheres e pessoas LGBTQI+, com estágios distintos de desenvolvimento em cidades de diferentes tamanhos.

VALORES E PRINCÍPIOS

As duas iniciativas espanholas analisadas nasceram da luta sindical em torno de RidersXDerechos, da Intersindical Alternativa de Catalunya (IAC), que foi fundada em 2017 a partir das lutas dos entregadores de plataformas. Mensakas nasceu no ano seguinte e conta com cerca de 15 entregadores. Suas estratégias midiáticas, conforme mostram Fernández e Barreiro (2020), foram cruciais para serem conhecidos por mais gente. O seu principal slogan é: “nós somos a alternativa”, evidenciando a importância de disputar os sentidos dominantes em relação ao trabalho por plataformas.

Em entrevista a Fernández e Barreiro (2020), uma trabalhadora da plataforma afirma que se trata de colocar o trabalho acima do capital e relacionar-se com características como consumo responsável e local, cooperação e bem comum. Esses valores estão presentes no Instagram da cooperativa a partir de textos como “um sonho que pretende ser coletivo”, “entrega ecologicamente responsável”, “direitos laborais, um melhor serviço para você”. Eles articulam a luta coletiva de trabalhadores por direitos e autogestão com responsabilidade social e ambiental – querem ser um serviço totalmente ecológico.

Já a Rodant, que nasceu da filial de Valência do RidersXDerechos, é mais recente: foi fundada em 2020 com o mesmo argumento: lutar contra a precarização como demanda dos tempos atuais. Um de seus enunciados é: “somos o companheirismo”. Eles iniciaram com uma campanha de crowdfunding e afirmam que é difícil sustentar um negócio se não houver um preço justo, mas que, em troca, a cooperativa oferecerá um comércio justo aliado a não trabalhar com veículos que emitam CO². A cooperativa como um *serviço justo* é, assim como na Mensakas, uma combinação entre trabalho não exploratório e desenvolvimento sustentável. No Instagram da cooperativa, o destaque é para fotos de comida saudável.

Ambas as iniciativas espanholas têm interlocuções com a CoopCycle. Mas é nas cooperativas francesas que a relação com a federação aparece de maneira mais forte. A Resto.Paris, nascida em maio de 2020, é uma plataforma criada, com apoio da Câmara Municipal da cidade, a partir de uma coalizão entre CoopCycle – enquanto federação e quem oferece o software – e Olvo, legalmente uma cooperativa de entregadores Écortable, um selo para restaurantes sustentáveis. A Olvo é quem gerencia a plataforma e faz a entrega em bicicletas de carga por meio de entregadores assalariados – com carga horária semanal de 35 horas, não importando quantas corridas façam. Já a CoopCycle desenvolve e mantém a plataforma digital, que é de código aberto.

A Resto.Paris, assim como outras, também se apresenta como uma alternativa social e ambiental às grandes plataformas a partir do apoio de vários elementos da economia local, desde agricultores até empresas de ciclo-logística. Seus princípios envolvem apoiar restaurantes e outros autores da cadeia alimentar local, oferecer aos cidadãos alimentos sustentáveis, saudáveis e da economia local a partir do desperdício zero, garantir métodos de entrega que sejam social e ambientalmente responsáveis, promover um modelo econômico baseado na colaboração, na criação e no uso do comum. Além disso, para um restaurante fazer parte da plataforma, precisa cumprir uma série de pré-requisitos, como oferecer a maioria das receitas derivadas de setores sustentáveis (como orgânicos e a partir de práticas agroecológicas) e conter ao menos um prato vegetariano e um prato por menos de 10 euros. Também é

preciso promover integração social por meio de empregos e ser uma associação ou apresentar aspectos de economia solidária.

Enquanto isso, os Coursieus Bordelais são a cooperativa da CoopCycle na cidade de Bourdeaux. Com seis entregadores e mais de 12580 entregas e 130 mil quilômetros rodados no fim de novembro de 2020, os princípios da iniciativa têm por base a voz do trabalhador nas tomadas de decisão, não importando sua parte no capital da cooperativa. A remuneração e as condições de trabalho são decididas coletivamente pelos membros das cooperativas. Da mesma forma que as outras cooperativas, eles recusam a exploração e a individualização das situações de trabalho. Eles afirmam que o serviço da plataforma, mesmo sendo mais ético, não é necessariamente mais caro. O posicionamento da cooperativa é que eles oferecem algo mais justo e barato que a concorrência. Os Coursieus Bordelais são focados no desenvolvimento local e no incentivo ao ciclismo, considerando a cidade de Bordeaux um lugar perfeito para a mobilidade.

No Brasil, os dois coletivos relacionam-se com movimentos de ciclistas. As Señoritas Courier são um coletivo de entregadoras mulheres e pessoas LGBTQI+ que oferecem serviços por toda a cidade de São Paulo, porém com horário marcado. Com o slogan “carinho e responsabilidade”, a iniciativa foi fundada por Aline Os a partir de projeto inicial em curso que incentiva empreendimentos com base no uso de bicicleta. Fundada em 2018, Señoritas nasceu da perspectiva de que as mulheres são muitas vezes preteridas em trabalhos de entrega. De acordo com Aline Os, isso se ocorre porque as pessoas imaginam as mulheres como menos autônomas e mais lentas no trânsito. Segundo o Instagram da iniciativa, “ter mais mulheres pedalando nas ruas é sinônimo de um trânsito mais seguro”. Atualmente com 37 pessoas cadastradas e 14 pessoas ativas, sendo de 3 a 5 entregadores diariamente nas ruas de São Paulo, a Senõritas tem como carro-chefe a entrega no setor de cosméticos, como flores, mas também fazem entregas em cartórios e, com menor frequência, comida. Os valores da iniciativa são a sustentabilidade ambiental, o fortalecimento de mulheres e pessoas LGBTQI+, a paixão por bicicletas – como sinônimo de conexão.

Já a Pedal é uma cooperativa de ciclistas entregadores de Porto Alegre. Fundada em 2010, é uma iniciativa pioneira no país. Desde o início, já passaram pela cooperativa cerca de 50 entregadores, e atualmente há oito trabalhadores. Seus valores enfatizam a agilidade da bicicleta aliada à experiência e ao profissionalismo dos ciclistas. Os trabalhadores se chamam de *ratos*, uma gíria que relaciona os ciclomensageiros a quem conhece bem os caminhos da cidade e se locomove de maneira ágil, tendo a rua por habitat natural. Em entrevista, o representante da Pedal ressalta a relação de confiança construída com clientes e fornecedores: “uma das coisas legais da Pedal é que a gente trabalha com empresas que a gente acredita, não qualquer um”.

PROCESSOS PRODUTIVOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Os princípios acima delineados – tendo como pontos em comum a mobilidade e a sustentabilidade social e ambiental – são a base para a organização do trabalho das plataformas de propriedade dos entregadores. A horizontalidade é um princípio enunciado por todos os entrevistados, mas observamos que a *Señoritas Courier* apresenta de forma mais explícita uma das trabalhadoras como a gestora da iniciativa. Porém, há tentativas de tornar mais coletivas as decisões tomadas, no sentido de inserir mais democracia no ambiente de trabalho (de Peuter & Dyer-Witthof, 2010; Scholz, 2016).

No restante, há variações no modo como os trabalhadores se organizam horizontalmente. A *Mensakas* tem departamentos criados pelos próprios trabalhadores (administração, laboral, econômico, tecnológico, comunicação, logística e comercial), cada setor com um responsável. Juntos, formam um órgão de gestão, que se reúne a cada duas semanas e qualquer sócio da cooperativa pode participar. Um dos principais desafios, segundo a representante entrevistada, é que nenhum dos trabalhadores da *Mensakas* tinha experiência prévia no ramo empresarial, e cada um cursou alguma graduação diferente. Dessa forma, eles foram aprendendo conjuntamente a melhor maneira de organizar o trabalho da cooperativa.

A *Pedal* também divide as tarefas de modo a todos saberem um pouco de todas as funções e apresenta departamentos semelhantes à *Mensakas*: financeiro, prospecção de clientes e comunicação. Na prática, no dia a dia, há quatro ciclistas na rua, um reserva, e um trabalhador que é a *base* e responsável por gerenciar e registrar todas as entregas. Na *Coursiers Bordelais*, dos seis entregadores, há quatro em tempo integral, e sempre uma pessoa como *base* – também fazendo orçamentos e toda a administração. Eles também prezam que todos executem todas as funções e procurem se adaptar de acordo com os horários de entrega. O trabalhador entrevistado afirma que o contexto da pandemia tem feito que não haja muito planejamento antecipado:

desde o primeiro lockdown, tivemos pouca previsibilidade sobre quais as corridas a serem realizadas durante o dia. As encomendas chegam no último minuto sem terem sido antecipadas, o que faz com que haja muitas lacunas durante o dia de trabalho, mas também uma grande correria. (Trabalhador da *Coursiers Bordelais*, em entrevista ao autor)

O cenário pandêmico também foi ressaltado pela *Pedal* como um fator que dificultou os processos produtivos em 2020.

A horizontalidade na organização do trabalho autogestionado também é uma das principais dificuldades de uma construção coletiva de trabalhadores,

como ressalta o representante da Pedal, em entrevista: “por ser horizontal, sempre vai ter alguma dificuldade, rusga, algum problema. Como não tem um chefe, às vezes gera discussões pesadas e cobrança”. O trabalhador afirma que a construção de uma cooperativa será eterna, de acordo com os trabalhadores envolvidos com ela em determinado momento, o que é normal em experiências autogestionadas. Isso evidencia que a horizontalidade – enquanto aspecto da democracia no local de trabalho (de Peuter & Dyer-Witthof, 2010) em cooperativas – é mais um norte do que uma realidade totalizante, pois apresenta nuances e contradições.

A representante da Resto.Paris também ressalta as dificuldades financeiras de uma cooperativa, que acabam se traduzindo em problemas relacionados ao cotidiano de trabalho: “precisamos encontrar tempo para recrutar restaurantes e fazer comunicação com eles”. Ela ressalta que não há como competir com as grandes plataformas, porque eles não têm rentabilidade, e isso os obriga a encontrar outros tipos de oferta e clientes, além de educar os clientes em relação a questões como custo da entrega, trabalho pago e entrega responsável: “nosso trabalho é entregar, e tem que ser pago o preço real do que isso custa”.

Isso também foi ressaltado pela representante da Mensakas, que acrescentou a concorrência desleal das grandes plataformas e o desafio de encontrar clientes a partir de seus valores éticos relacionados à sustentabilidade – algo que também foi evidenciado pelo representante da Rodant. A trabalhadora da Resto.Paris afirma que o mais difícil na comunicação com os clientes é que eles têm o hábito de serem atendidos rapidamente e sem pagar pela entrega. A solução para o problema foi propor entregas agrupadas, em que os clientes não podem efetuar a compra se o valor da encomenda for inferior a 35 euros. Para a representante da plataforma, isso significa que os clientes têm que fazer pedidos para várias pessoas, também incentivando o consumo coletivo. Eles pretendem focar daqui por diante na relação com empresas, pois, segundo ela, são “locais onde as pessoas podem fazer pedidos para o almoço e encomendas em grupo”.

DESAFIOS TECNOLÓGICOS E CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS

Os desafios tecnológicos na construção de plataformas de entregadores variam de país para país. Como ressaltam Morell et al. (2020), há iniciativas realmente baseadas em ambientes digitais e outras que são apenas apoiadas por esses dispositivos. No Brasil, Pedal e Señoritas não pretendem, a curto prazo, contar com plataformas próprias e comunicam-se e organizam-se por meio de mídias sociais proprietárias. As cooperativas francesas contam com a infraestrutura da CoopCycle a partir de suas infraestruturas próprias e a partir de lógicas que envolvem tecnologias livres e abertas para cooperativas – desde que antenadas

aos seus princípios. Já as da Espanha apresentam diálogo com a CoopCycle, embora ainda não usem efetivamente as suas plataformas.

O trabalhador da Pedal afirma que eles cogitaram pensar na construção de uma plataforma própria, mas não a fizeram devido aos altos custos e a não terem certeza de um retorno. Porém, incluíram no site uma página de *solicite online*, em que o cliente pode preencher os dados do pedido por computador ou celular, sendo enviado diretamente para o sistema da cooperativa. Já as Señoritas desenvolveram um formulário semiautomatizado a partir do trabalho voluntário de mulheres programadoras. Desse modo, os clientes podem orçar entregas de modo a saber mais facilmente qual será o valor.

A representante da Mensakas afirma que a ideia inicial deles era lançar a própria plataforma, mas ainda não foi possível. Segundo ela, em entrevista,

estamos com um aplicativo em desenvolvimento muito potente, mas que demanda recursos e tempo. Haverá três aplicativos em um, com interfaces para restaurante, entregador e consumidor. Agora mesmo estamos terminando a parte do entregador para que o aplicativo possa constar nos marketplaces e nos sites dos restaurantes.

O enunciado da trabalhadora da Mensakas revela os limites das plataformas de propriedade dos trabalhadores com relação às infraestruturas, mesmo que a plataforma em si seja autogestionada. Isso significa que, no contexto da plataformação, nos termos de Poell et al. (2019), os trabalhadores ainda dependerão das *app stores* das plataformas dominantes, de maneira que não é possível, a curto prazo, reapropriar-se totalmente de toda a *árvore* das plataformas, nos termos de Van Dijck (2021).

A Mensakas também será parceira da CoopCycle em sua plataforma. Já a Rodant, de Valência, cuja plataforma ainda não foi iniciada, já funcionará desde o começo a partir do software da CoopCycle, conforme afirma seu representante em entrevista: “consideramos que criar do zero um novo aplicativo é uma loucura quando você não dispõe de um grande capital”. Para ele, com o aplicativo da federação, a cooperativa não precisa realizar um grande investimento em algo próprio e pode realizar investimentos nas necessidades mais urgentes da organização. Os Coursiers Bordelais já trabalham com a plataforma da CoopCycle e recebem suporte e orientações da federação.

A representante da Resto.Paris também destaca que não há recursos financeiros para construir uma plataforma própria e que felizmente é possível usar a da CoopCycle. A entrevista com a trabalhadora revela nuances na relação com a federação. Por um lado, há uma boa relação e, por outro, afirma que a parte complicada “é que a plataforma não é nosso projeto, então, é complicado colocar novos recursos”. Entretanto, seria impossível financeiramente construir

uma plataforma do zero. Ela afirma que, se ela fosse trabalhar na CoopCycle, isso tomaria muito tempo de trabalho e isso não seria uma prioridade para ela. Porém, ela faz algumas sugestões de melhoria na plataforma, principalmente em relação à experiência dos usuários e a melhores recursos para empresas.

Desse modo, as diferentes iniciativas mostram distintos envolvimento em relação à construção de plataforma de propriedade de trabalhadores, embora seja unanimidade a existência de dificuldades operacionais e financeiras – e não é algo restrito ao Brasil. Daí a importância central da CoopCycle – mesmo com possíveis divergências em relação a melhorias a serem realizadas na plataforma – para possibilitar uma não dependência dos entregadores em relação às plataformas proprietárias – como um dos aspectos centrais para confrontar a plataformização do trabalho dominante.

Além disso, mesmo sem ter a construção de plataformas próprias no horizonte, há imaginações tecnológicas por parte dos entregadores no Brasil, que também não querem depender de uma plataforma europeia construída a partir de suas próprias lógicas. No caso de os brasileiros construírem suas plataformas de entregadores, isso seguiria a lógica de desocidentalizar (Davis & Xiao, 2021) as plataformas dos trabalhadores, isto é, construir alternativas tecnológicas desde baixo, considerando as necessidades dos trabalhadores reais (Englert et al., 2020).

MÍDIAS SOCIAIS PARA ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE TRABALHADORES

Além da construção de plataformas que sejam de propriedade de trabalhadores, as mídias sociais são centrais para organização e comunicação entre os trabalhadores – e também com consumidores e restaurantes – das cooperativas analisadas, em consonância com pesquisas como Geelan e Hodder (2017), Wood et al. (2018), Woodcock e Graham (2019) e Grohmann e Alves (2020). A mídia social mais utilizada pelos trabalhadores é o Telegram – em especial na comunicação entre eles.

Para o trabalhador da Rodant, cada mídia social é utilizada de uma maneira, com prós e contras em cada uma: “utilizamos as redes sociais para comunicação e promoção da cooperativa”, sendo o WhatsApp para relações pessoais entre trabalhadores e o Telegram para organização do trabalho, algo que poderia ser traduzido, respectivamente, como composição social e composição técnica de classe (Englert et al., 2020). A trabalhadora da Mensakas relata a centralidade dos diferentes grupos no Telegram para os processos produtivos, servindo para registro dos tempos para remuneração, contabilidade de rentabilidade e para a existência de outros canais informativos unidirecionais. Ela ressalta que é um processo em contínua construção: “é preciso ir otimizando esses métodos.

Fomos diminuindo os grupos, pois às vezes as informações se perdem. Por isso são importantes as reuniões que fazemos a cada duas ou três semanas”.

A Pedal também utiliza o Telegram como principal meio de comunicação entre os trabalhadores em diferentes canais, além de um *grupo para descontração* dos trabalhadores. Eles utilizam WhatsApp como principal mídia social para comunicação com os clientes e o Instagram apenas para divulgação da cooperativa. O WhatsApp é o principal meio de comunicação em mídias sociais no Brasil (Evangelista & Bruno, 2019), mas as iniciativas autogestionadas têm procurado utilizar o Telegram como alternativa, como as Señoritas. A trabalhadora ressalta que, antes de criarem o coletivo, as mulheres entregadoras ficavam incomodadas com os grupos de WhatsApp dos entregadores que trabalham para as grandes plataformas por serem espaços machistas, em consonância com achados da pesquisa de Cant (2019). Para as Señoritas, trata-se de pensar os grupos nas mídias sociais como espaços seguros para as mulheres.

Já os Coursiers Bordelais utilizam Facebook e Instagram para essa divulgação, mas admitem que “honestamente, não somos muito bons nisso. Temos a sorte de ter muita visibilidade na mídia nacional graças ao nosso engajamento contra as plataformas e o trabalho uberizado”, segundo o trabalhador entrevistado. Isso confirma os dados apresentados por Morell et al. (2020) em relação à presença digital das cooperativas nas mídias sociais.

A Resto.Paris, por sua vez, utiliza o Slack para gerenciamento de projetos e tarefas, além de comunicação com clientes. Mas a trabalhadora da cooperativa reconhece que, quando a demanda aumentar, pode ficar mais complicado utilizar esta ferramenta: “eu acho que não é muito amigável para os restaurantes e para pessoas que não estão o tempo todo conectadas ao smartphone”. Enquanto isso, eles criaram um grupo no WhatsApp com os restaurantes, o que, segundo estes, é o preferido. Desta forma, o Brasil, embora use o WhatsApp em maior escala, não é o único país. Porém, para a cooperativa, como para as demais, a relação com as mídias sociais é uma construção contínua, quase experimental.

COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS

Em questão de escala, as iniciativas de propriedade de entregadores apresentam um número muito menor de trabalhadores em relação às grandes plataformas digitais. Contudo, esse não é definitivamente um problema para as cooperativas, dado que um dos seus pontos centrais é a articulação entre as distintas iniciativas. Um dos princípios centrais do cooperativismo, a intercooperação ou cooperação entre cooperativas (de Peuter & Dyer-Witthof, 2010) é vista com entusiasmo pelos trabalhadores entrevistados como um dos aspectos da circulação das lutas dos

trabalhadores. Na França, a relação com a CoopCycle tem favorecido o diálogo com outras cooperativas de entregadores. A federação também tem tido contato com cooperativas na América do Sul, especialmente Brasil e Argentina, evidenciando o diálogo entre trabalhadores. As cooperativas francesas também apresentam relação com cooperativas de contadores e programadores, além de terem algumas cooperativas como clientes. A Resto.Paris pensa em lançar um projeto com rede de cooperativas de agricultores. Isso mostra, conforme a proposta de Huws (2020), as potencialidades de construção de ecossistemas locais reunindo diferentes setores.

Já no Brasil, as duas iniciativas analisadas apresentam mais contatos com outros coletivos e entidades não lucrativas do que exatamente com outras cooperativas, evidenciando dificuldades em dialogar com o tradicional movimento cooperativista brasileiro. Tanto Pedal quanto Señoritas apresentam diálogo com coletivos de cicloentrega pelo país. A Pedal é vista no cenário brasileiro de cicloentrega como uma referência e enxerga os outros coletivos como parceiros: “nós sempre vemos isso como uma parceria, não como alguém que está roubando nosso trabalho”. Nesse sentido, compreendem que as relações com outras iniciativas semelhantes são para agregar e não distanciar, fazendo que os valores de mobilidade e sustentabilidade circulem entre os trabalhadores.

A visão das cooperativas espanholas está na mesma direção. A Mensakas vê os critérios éticos das cooperativas como conexões importantes e potentes para a construção de alternativas ao cenário dominante de plataformização. Eles estão em contato com várias cooperativas de agricultores, programadores e entregadores – não só de Barcelona e Europa, mas também na América Latina. As relações da Rodant são mais restritas ao cenário regional de Valência, mas com cooperativas de todos os tamanhos a partir da relação com a Federação Valenciana de Cooperativas. No setor de cicloentregas, eles apresentam diálogo com cerca de cinco outras cooperativas.

FUTURO DE EXPERIÊNCIAS AUTOGESTIONADAS

Essas conexões representam solidariedades e coletividades emergentes no sentido de articulação de princípios cooperativos ao redor do mundo, bem como os princípios dessas iniciativas que se põem em circulação – como mobilidade e sustentabilidade social e ambiental. Esse caráter de emergência sinaliza que as experiências dessas cooperativas são um *laboratório* do trabalho em plataformas. Neste sentido, quando indagados sobre o futuro das plataformas de propriedade dos trabalhadores, as iniciativas esperam mais estabilidade e crescimento. A trabalhadora da Mensakas tem esperança de que o setor de cicloentregas comporte estabilidade e espera receber financiamentos e que haja jornadas completas de trabalho para todos os entregadores, além de poder subir o preço das entregas

e aumentar a rentabilidade da cooperativa. Já a Rodant tem um objetivo mais modesto: em cinco anos, esperam atuar em toda a região de Valência.

Enquanto isso, a Pedal espera o fortalecimento de uma entidade coletiva que não dependa das pessoas que compõem a iniciativa e, assim, seguir sendo uma referência nacional. Também revelam o desejo de participar de campeonatos mundiais de entrega. As Señoritas Courier esperam conseguir desenvolver de forma ampla a cicloentrega a partir dos princípios da economia feminista e, talvez no futuro, construir uma plataforma própria a partir desses valores.

Para o trabalhador da Coursiers Bordelais, a ideia é crescer aos poucos e desenvolver a própria oferta de alimentos: “você tem que fazer as coisas devagar e com inteligência para não queimar largada”. Já a Resto.Paris espera tornar-se uma referência para entregas, especialmente em relação aos almoços em empresas. E também ser protagonista com restaurantes que acompanham as condições ambientais: “talvez as pessoas que estão acostumadas a pedir no Uber Eats ou no Deliveroo vão dizer: ‘ah, talvez seja mais legal pedir no Resto.Paris’”. A entrevistada também espera que seja uma iniciativa lucrativa e que não dependa de recursos públicos. E acha que seria interessante que, no futuro, os próprios clientes possam ser membros da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências autogestionadas analisadas são de três países diferentes, sendo dois na Europa e um na América do Sul. Por um lado, apresentam contextos sociais e políticos específicos. O Brasil vivenciou, em 2020, suas maiores greves de entregadores e as experiências autogestionadas começam a ter mais visibilidade. A plataformação dos coletivos e cooperativas ainda não é uma grande questão. Além disso, caso haja a construção de plataformas próprias, eles não querem ficar dependentes de softwares com lógicas que não são construídas desde baixo ou não dialogam com suas realidades e necessidades locais. Na Europa, as cooperativas espanholas nasceram da luta sindical e as iniciativas francesas apresentam relação com a federação de cooperativas CoopCycle – que, inclusive, tem estreitado relações com grupos de trabalhadores na América do Sul, especialmente na Argentina – e a construção de plataformas próprias é algo que está à mão.

Por outro lado, reforçamos o caráter internacional do enfrentamento à plataformação do trabalho e as potencialidades da circulação das lutas de trabalhadores. Assim, mesmo vindas de contextos distintos, ressaltamos que as experiências apresentam conexões entre elas, como iniciativas em construção, tanto do ponto de vista da organização do trabalho quanto da utilização de mídias sociais – ainda que a maioria seja de propriedade de grandes

plataformas – para comunicação entre trabalhadores e com clientes, além da divulgação da própria cooperativa enquanto uma estratégia midiática de presença digital. Essas similaridades e possíveis articulações transnacionais estão inseridas em uma perspectiva de circulação das lutas dos trabalhadores.

Os trabalhadores não compactuam com a ideia de que a construção de plataformas de propriedade de trabalhadores seja somente uma questão tecnológica, pois mesmo a construção de uma plataforma própria é problematizada nas dimensões financeiras e organizacionais. Trata-se, antes, de construir processos produtivos que sejam de propriedade de trabalhadores – e, nesse sentido, a horizontalidade na gestão e a divisão entre departamentos, em que todos os trabalhadores têm voz, é um aspecto central para a democracia no ambiente de trabalho. Em relação aos processos produtivos, as iniciativas destacam que se trata de uma construção contínua e que a horizontalidade também é alvo de disputas e contradições.

A CoopCycle é uma entidade com papel fundamental em relação à viabilização de uma plataforma para uso das cooperativas, embora não necessariamente seja um projeto dos trabalhadores *desde baixo* – como evidenciam os pedidos de melhoria por parte da Resto.Paris em relação às experiências dos usuários e às relações com empresas. Embora tenha um diálogo menor em relação às iniciativas brasileiras, a CoopCycle também apresenta centralidade na conexão e articulação com outras cooperativas, favorecendo a intercooperação.

Consideramos a cooperação entre cooperativas como um aspecto fundamental para o desenvolvimento de plataformas de propriedade de trabalhadores, dado que as experiências autogestionadas não vão ter a mesma escala de trabalhadores que as grandes plataformas, e esse não é um problema, mas uma característica. Além de fomentar o próprio cooperativismo e a economia solidária, o princípio da intercooperação auxilia na reinvenção de economias locais desde baixo a partir de novos circuitos de produção e consumo em que os entregadores são apenas um dos elos da cadeia produtiva, envolvendo também programadores, agricultores, pequenos restaurantes, entre outros. Nesse sentido, além do circuito produção-consumo, há a circulação de sentidos – com um papel central das estratégias midiáticas – das próprias experiências autogestionárias a partir de valores como desenvolvimento sustentável, mobilidade urbana, tecnologias abertas, políticas de dados e algoritmos que favoreçam o trabalhador e alimentação saudável. Desses pontos, os aspectos de dados e algoritmos ainda são um ponto não explorado pelas iniciativas entrevistadas. Além disso, as tecnologias abertas ficam, para além da CoopCycle, mais como uma promessa do que uma realidade.

A relação com as mídias sociais para comunicação e organização do trabalho é compreendida pelos trabalhadores como essencial, mas sem uma fórmula pronta de como utilizá-las. Nesse sentido, há o uso de várias plataformas, ainda de maneira

experimental. A maioria das mídias sociais é proprietária, principalmente no Brasil, com um largo uso do WhatsApp. Porém, compreendemos que a aparente ambiguidade do uso dessas plataformas comerciais (Lazar & Davidson, 2020) se justifica pela necessidade de disputar os espaços dominantes com maior presença digital de cooperativas e coletivos de entregadores, no sentido de uma maior visibilidade midiática. Essas são lutas de fronteiras que os trabalhadores precisam enfrentar para trazer mais pessoas – trabalhadores e consumidores – para a construção de circuitos alternativos para a plataformização do trabalho.

O processo de construção de plataformas de propriedade de trabalhadores é parte de solidariedades e coletividades emergentes, podendo ser o início de um cenário mais amplo de enfrentamento da generalização da plataformização do trabalho dominante. Isso pode se dar com a construção de plataformas para o bem público, em consonância com os aspectos defendidos por Huws (2020). A análise evidencia que o cenário dominante da plataformização não é inevitável e que há a circulação de lutas de trabalhadores para a construção de experiências – ainda que iniciais – para ressignificar os sentidos de trabalho por plataformas como um verdadeiro laboratório da luta de classes. Neste sentido, as experiências aqui descritas são laboratórios de propriedade dos trabalhadores.

Em termos teóricos, ampliamos a noção de cooperativismo de plataforma para abarcar os distintos desenhos institucionais que tenham por princípio a autogestão de trabalhadores a partir da noção de plataformas de propriedade de trabalhadores. Isso evidencia que a construção de iniciativas de propriedade de trabalhadores em contexto de plataformização não é algo que segue um modelo predefinido ou que se relaciona necessariamente a um conceito definido *a priori*. Elas são diversas e apresentam relações distintas com a presença digital, em conformidade com Morell et al. (2020). Compreender essa diversidade de possibilidades autogestionadas é, de alguma forma, também procurar desocidentalizar os estudos de plataformas (Davis & Xiao, 2021) no sentido de evitar somente replicar determinados modelos bem-sucedidos na Europa, por exemplo. Os coletivos de entregadores no Brasil apresentam potencialidades em termos de organização do trabalho e comunicação entre trabalhadores que vão além de definições preestabelecidas de como deveriam ser essas iniciativas.

Como um desafio para estudos futuros, endereçamos a necessidade de analisar todo o circuito de produção e consumo dessas iniciativas, envolvendo desde design e materialidades das plataformas, organização de trabalho e trabalhadores, até estratégias midiáticas, regimes e políticas de dados e algoritmos, além dos modos como as pessoas consomem as plataformas de propriedade de trabalhadores. Isso significa compreender todo um circuito de trabalho nas plataformas de propriedade dos trabalhadores. ■

REFERÊNCIAS

- Abílio, L., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: Conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26-56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Abílio, L., Grohmann, R., & Weiss, H. (2021). Struggles of delivery workers in Brazil: Working conditions and collective organization during the pandemic. *Journal of Labour and Society*, 24(4), 598-616. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10012>
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *The new spirit of capitalism*. Verso.
- Calzada, I. (2020). Platform and data co-operatives amidst European pandemic citizenship. *Sustainability*, 20(12), 8309. <https://doi.org/10.3390/su12208309>
- Cant, C. (2019). *Riding for deliveroo: Resistance in the new economy*. Polity.
- Casilli, A. (2019). *En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic*. Seuil.
- Casilli, A., & Posada, J. (2019). The platformization of labor and society. In M. Graham & W. Dutton (Eds.), *Society and the internet* (pp. 293-305). OUP.
- Cicero, S., Agamennone, C., & Battaglia, E. (2016). *A review of methodologies for the design and incubation of collaborative platforms*. Dimmons IN3 Research Institute.
- Colclough, C. (2020). Towards workers' data collectives. *IT For Change*. <https://bit.ly/3h3Mdqf>
- Costanza-Chock, S. (2020). *Design justice*. MIT Press.
- Dardot, P., & Laval, C. (2013). *The new way of the world: On neoliberal society*. Verso.
- Davis, M., & Xiao, J. (2021). De-westernizing platform studies: History and logics of Chinese and US platforms. *International Journal of Communication*, 15, 103-122. <https://bit.ly/3CF7RuI>
- de Peuter, G., & Dyer-Witheford, N. (2010). Commons and cooperatives. *Affinities: A Journal of Radical Theory, Culture, and Action*, 4(1), 30-56. <https://bit.ly/3s8Rq6n>
- Dyer-Witheford, N. (2015). *Cyber-proletariat: Global labour in the digital vortex*. Pluto.
- Englert, S., Woodcock, J., & Cant, C. (2020). Digital workerism: Technology, platforms, and the circulation of workers' struggles. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 18(2020), 132-145. <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i1.1133>
- Evangelista, R., & Bruno, F. (2019). WhatsApp and political instability in Brazil: Targeted messages and political radicalization. *Internet Policy Review*, 8(4). <https://doi.org/10.14763/2019.4.1434>
- Fairwork. (2020). *The gig economy and COVID-19: Looking ahead*. The Fairwork Project. <https://bit.ly/3JJOCT9>
- Fenton, N. (2016). *Digital, political, radical*. Polity Press.
- Fernández, A., & Barreiro, M. (2020). The algorithms is not my boss anymore: Technological appropriation and (new) media strategies in Riders x Derechos

- and Mensakas. *Contracampo*, 39(1), 65-83. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38404>
- Ferrari, F., & Graham, M. (2021). Fissuras no poder algorítmico: Plataformas, códigos e contestação. *Fronteiras*, 23(2), 207-219. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.14>
- Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction*. Sage.
- Geelan, T., & Hodder, A. (2017). Enhancing transnational labour solidarity: The unfulfilled promise of the Internet and social media. *Industrial Relations Journal*, 48(4), 345-364. <https://doi.org/10.1111/irj.12190>
- Graham, M., & Anwar, M. (2019). The global gig economy: Towards a planetary labour market? *First Monday*, 24(4). <https://doi.org/10.5210/fm.v24i4.9913>
- Graham, M., Woodcockh, J., Heeks, R., Mungai, P., Van Belle, J.-P., du Toit, D., Fredman, S., Osikid, A., der Spuy, A., & Silberman, S. M. (2020). The Fairwork Foundation: Strategies for improving platform work in a global context. *Geoforum*, 112, 100-103. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.01.023>
- Grohmann, R. (2018). Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform. Coop. *Liinc em Revista*, 14(1), 19-32. <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4149>
- Grohmann, R. (2021). Trabalho digital: O papel organizador da comunicação. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 18(51), 166-185. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2279>
- Grohmann, R., & Alves, P. (2020, outubro). Unions and associations of app-drivers in Brazil: The meanings in circulation of platform workers' struggles [Apresentação de trabalho]. In C. Soriano, R. Grohmann, J. Chen, A. Karatzogianni, J. Cabanes & P. Alves, *Digital labor solidarities, collective formations, and relational infrastructures*. Panel Presented at AoIR 2020: The 21th Annual Conference of the Association of Internet Researchers. Evento virtual.
- Grohmann, R., & Qiu, J. (2020). Contextualizing platform labor. *Contracampo*, 39(1), 1-15. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.42260>
- Grohmann, R., Nonato, C., Marques, A., & Camargo, C. (2021). As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: Circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, 39, 17-37. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).2879](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2879)
- Grohmann, R., Pereira, G., Guerra, A., Abílio, L., Moreschi, B., & Jurno, A. (no prelo). Platform scams: Brazilian workers' experiences of dishonest and uncertain algorithmic management. *New Media & Society*.
- Howson, K., Ustek-Spilda, F., Grohmann, R., Salem, N., Carelli, R., Abs, D., Salvagni, J., Graham, M., Balborno, M. B., Chavez, H., Arriagada, A., & Bonhomme, M. (2020). 'Just because you don't see your boss, doesn't mean you don't have

- a boss': COVID-19 and gig worker strikes across Latin America. *International Union Rights*, 27(3), 20-28. <https://doi.org/10.14213/inteuniorigh.27.3.0020>
- Huws, U. (2020). *Reinventing the welfare state: Digital platforms and public policies*. Pluto.
- Lazar, T., & Davidson, R. (2020). Mobile social media as platforms in workers' unionization. *Information, Communication & Society*, 23(3), 437-453. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1510536>
- Morell, M., & Espelt, R. (2019). A framework to assess the sustainability of platform economy: The case of Barcelona ecosystem. *Sustainability*, 11(22), 6450. <https://doi.org/10.3390/su11226450>
- Morell, M., Espelt, R., & Cano, M. (2020). Sustainable platform economy: Connections with the sustainable development goals. *Sustainability*, 12(8), 7640. <https://doi.org/10.3390/su12187640>
- Patrick-Thomson, H., & Kranert, M. (2020). Don't work for free: Online discursive resistance to precarity in commercial photography. *Work, Employment and Society*, 35(6), 1034-1052. <https://doi.org/10.1177/0950017020952630>
- Pazaitis, A., Kostakis, V., & Bauwens, M. (2017). Digital economy and the rise of open cooperativism: The case of the Enspiral Network. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 23(2), 177-192. <https://doi.org/10.1177/1024258916683865>
- Poell, T., Nieborg, D., & Van Dijck, J. (2019). Platformisation. *Internet Policy Review*, 8(4). <https://doi.org/10.14763/2019.4.1425>
- Qiu, J., Gregg, M., Crawford, K. (2014). Circuits of labour: A labour theory of the iPhone Era. *TripleC*, 14(2), 564-581. <http://dx.doi.org/10.31269/triplec.v12i2.540>
- Sadowski, J. (2020). The internet of the landlords: Digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. *Antipode: A Radical Journal of Geography*, 52(2), 562-580. <https://doi.org/10.1111/anti.12595>
- Sandoval, M. (2016). Fighting precarity with cooperation? Worker co-operatives in the cultural sector. *New Formations*, 88, 51-68. <https://doi.org/10.3898/NEWF.88.04.2016>
- Sandoval, M. (2018). From passionate labour to compassionate work: Cultural co-ops, do what you love and social change. *European Journal of Cultural Studies*, 21(2), 113-129. <https://doi.org/10.1177/1367549417719011>
- Sandoval, M. (2019). Entrepreneurial activism? Platform cooperativism between subversion and co-optation. *Critical Sociology*, 46(6), 801-817. <https://doi.org/10.1177/0896920519870577>
- Schmidt, F. (2017). *Digital labour markets in the platform economy: Mapping the political challenges of crowd work and gig work*. Friedrich-Ebert-Stiftung.

- Scholz, T. (2016). *Platform cooperativism: Challenging the corporate sharing economy*. Rosa Luxemburg Stiftung New York Office.
- Schor, J. (2020). *After the gig: How the sharing economy got hijacked and how to win it back*. University of California Press.
- Schor, J., Attwood-Charles, W., Cansoy, M., Ladegaard, I., & Wengronowitz, R. (2020). Dependence and precarity in the platform economy. *Theory and Society*, 49, 833-861. <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09408-y>
- Schradie, J. (2019). *The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives*. Harvard University Press.
- Sodré, M. (2014). *A ciência do comum*. Vozes.
- Soriano, C., & Cabanes, J. (2020). Entrepreneurial solidarities: Social media collectives and Filipino digital platform workers. *Social Media + Society*. <https://doi.org/10.1177/2056305120926484>
- Srnicek, N. (2016). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Sun, P. (2019). Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. *Chinese Journal of Communication*, 12(3), 308-323. <https://doi.org/10.1080/17544750.2019.1583676>
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society*. Oxford.
- Van Dijck, J. (2021). Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance. *New Media & Society*, 23(9), 2801-2819. <https://doi.org/10.1177/1461444820940293>
- Van Doorn, N. (2017). Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, 20(6), 898-914. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>
- Williams, R. (2005). *Culture and materialism*. Verso.
- Wood, A., Lehdonvirta, V., & Graham, M. (2018). Workers of the Internet unite? Online freelancer organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries. *New Technology, Work and Employment*, 33(2), 95-112. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12112>
- Woodcock, J. (2019). *Marx at the arcade: Consoles, controllers, and class struggle*. Haymarket Books.
- Woodcock, J., & Graham, M. (2019). *The gig economy: A critical introduction*. Polity.
- Wright, E. (2010). *Envisioning real utopias*. Verso.
- Zhu, J., & Marjanovic, O. (2020). How do platform cooperatives contribute to sustainable development goals? *AMCIS 2020 Proceedings*, 8. <https://bit.ly/3H8a16H>